

FHC quer tirar 10 milhões da pobreza

Prioridade de projeto para eventual segundo mandato é 'revolucionar' área social para erradicar a fome

CLÁUDIA CARNEIRO
e CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA – O candidato Fernando Henrique Cardoso encomendou à equipe que cuida do programa de governo da reeleição um plano que seja capaz de, no mínimo, tirar mais 10 milhões de pessoas da linha de pobreza. A idéia é aproveitar o segundo mandato para reduzir à metade o número de 40 milhões de brasileiros que, em 1994, viviam em situação de miséria no País. O coordenador do programa do candidato tucano, Carlos Américo Pacheco, diz que o governo vai investir no crescimento progressivo da economia, partindo da faixa dos 4% ao ano em 1999, mas salienta que só crescer e criar emprego não será suficiente para pôr fim à fome.

“O presidente Fernando Henrique quer uma revolução na ação social do governo, para erradicar a fome”, resume Pacheco. Ele aponta cinco “questões cruciais” para vencer o drama da miséria e da fome no Brasil, numa espécie de reedição dos cinco dedos que marcaram as prioridades do primeiro mandato de Fernando Henrique.

Os cinco pontos da ação social no segundo mandato começam pelo que Pacheco classifica de rearticulação das políticas de renda e assistência social, e repetem a prioridade dada às áreas de saúde e de educação.

A lista de prioridades sociais prevê ainda ações específicas de combate à pobreza no campo, com incentivo à agricultura familiar. O último ponto é a formulação de políticas urbanas específicas para atender à demanda por habitação, saneamento e melhoria dos serviços públicos.

Projetos – O programa Comunidade Solidária terá um peso ainda maior na agenda social do segundo governo. As avalia-



Lindauro Gomes/AE-13/7/98

Pacheco, coordenador do programa: preocupação em 'vencer a miséria'

ções da eficiência do programa apontam um salto de qualidade na melhoria das condições de vida das populações mais pobres, em que o Comunidade Solidária atuou com pelo menos dez programas diferentes.

A idéia é ampliar esse leque de projetos nos municípios atendidos nos últimos quatro anos e estendê-los às localidades em que o programa ainda não chegou.

“É preciso integrar os programas e as diversas áreas do governo que têm alcance social, porque são várias as dimensões da pobreza”, salienta o coordenador Pacheco. A seu ver, o grande desafio do novo governo será o de criar políticas sociais integradas, da habitação e saneamento à saúde e educação, até porque em mais de 90% dos casos a descentralização tirou do governo federal a tarefa de executar os serviços.

Fiscalização – Por esse motivo o governo vai investir na fiscalização e criação de mecanis-

mos que lhe permitam controlar a aplicação eficiente do dinheiro que chega aos governos estaduais e prefeituras. Ações desenvolvidas pelo governo federal com esse fim farão parte do programa de governo que o comitê de Fernando Henrique vai lançar no dia 20.

Os recursos para investimentos sociais estarão apoiados na política de retomada do crescimento econômico com ênfase às exportações. “O fundamental é desonerar as exportações, o que já é um consenso na sociedade”, diz Pacheco, convencido de que o Brasil só vai conseguir crescer e ampliar o mercado de consumo interno com o aumento das exportações.

O coordenador do programa argumenta que, toda vez que melhora o perfil de distribuição de renda da população brasileira, aumenta o consumo que favorece diretamente o setor de serviços, uma das principais fontes de criação de emprego.

“O setor de serviços é hoje uma parte fundamental do orçamento familiar”, insiste Pacheco. Em sua opinião, o crescimento econômico e o aumento de renda terão um impacto direto no aumento dos serviços, e é aí, acredita, que serão ampliadas as vagas no mercado de trabalho.

ELEIÇÕES



CRIAÇÃO DE
EMPREGO É
'PONTO
FUNDAMENTAL'